

DE AJUDANTES A SUBSTITUTAS:
um estudo sobre as professoras de matemática da rede IF (1909-2002)

Lenira Pereira da Silva
lenirapsilva@uol.com.br

Erika Felix Soares Marinho Dantas
erikafelixs@outlook.com

Ricardo Sampaio Oliveira
ricardomegax6@gmail.com

Andrezza Carla Guimaraes dos Santos
andrezza_gui@hotmail.com

Resumo – Este artigo se enquadra no campo de pesquisa da Rede Federal de Educação Tecnológica e apresenta um extrato de uma pesquisa em andamento no Instituto Federal de Sergipe, Campus Aracaju. O foco principal da investigação foi construir e analisar o percurso dos docentes em matemática, destacando as terminologias para vínculos trabalhista e procurando entender a forma de exercício da docência dentro do marcador temporal estabelecido. Metodologicamente é uma pesquisa do tipo qualitativa histórico- bibliográfica e os dados principais foram colhidos do acervo institucional. Teoricamente é consubstanciado por pesquisadores do campo da História da Educação Matemática e da Educação Profissional. Especificamente neste trabalho, traremos além de quantitativos de docentes, elementos descritivos das terminologias dos vínculos trabalhistas e uma linha temporal do uso das mesmas, numa perspectiva etnomatemática de gênero.

Palavras-Chave: Docência em Matemática. Educação Profissional. Etnomatemática. Vínculo Funcional.

A Rede Federal de Ensino

Em 1909, o então presidente Nilo Peçanha, através do decreto nº 7.566 de 23 de setembro do corrente ano, cria dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices (EAA), em 19 diferentes unidades federativas, dentre as quais estava uma unidade na capital do estado de Sergipe (Brasil, 1909). Estas unidades educacionais estavam vinculadas ao Ministério dos Negócios

da Agricultura, Indústria e Comércio e tinham como objetivo oferecer ensino profissional, primário e gratuito.

Embora oficialmente, em termos de Rede Federal de Ensino, a educação profissional do Brasil tenha nascido por meio do decreto citado anteriormente, as experiências com o ensino profissionalizante remontam dos anos de 1800 com atividades manufatureiras que se destinavam “ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira” (MEC, 2016, p. 1). Vale destacar que no final do século XIX a mão de obra trabalhista era praticamente escrava e com a abolição da escravatura e a mudança de regime de governo do imperial para o republicano era necessário implementar ações governamentais que garantissem o avanço da produção industrial e tecnológica no Brasil, ainda estágio incipiente. Nessa linha de pensamento, o ensino profissionalizante era visto como um meio de conter a marginalidade e direcionar os meninos em situação de vulnerabilidade financeira – ou seja, era um ensino direcionado aos pobres para que os mesmos pudessem exercer uma profissão para sua subsistência.

Dentro do marcador temporal estabelecido neste trabalho, a Rede Federal de Educação Tecnológica passou por quatro transformações: Escola de Aprendizes e Artífices (EAA), Liceu Industrial (LI), Escola Industrial (EI) e Escola Técnica Federal (ETF).

Em Sergipe, embora criada oficialmente em 1909, a Escola de Aprendizes e Artífices (EAA) de Aracaju só foi inaugurada em 1º de maio de 1911, “apesar de não haver um ambiente muito favorável” (Fonseca, 1986, p. 158).

A Figura 1 traz fotos do prédio que sediou a instituição nesta fase, onde foram necessárias duas reformas.



Figura 1: Fotos da Escola de Aprendizes e Artífices de Aracaju dos anos de 1919 e 1940, respectivamente

Fonte: Acervo do Instituto Federal de Sergipe.

Em 1937, através da Lei 378, de 13 de janeiro do corrente ano, passa a ser denominado Liceu Industrial de Aracaju (LIA) (Brasil, 1937), vinculada ao Ministério da Educação e Saúde e em 1942, por força da Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942), passa a ser denominada Escola Industrial de Aracaju (EIA) e vinculada ao Ministério da Educação e Saúde (Brasil, 1942).

Passadas pouco mais de duas décadas, através da Lei 8.948, de 8 de dezembro de 1994, deu-se início a mais uma mudança estrutural na rede de ensino e as unidades educacionais passam a ser denominadas de Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, paulatinamente, à medida que foram estruturadas pelo governo federal (BRASIL, 1994). Em Sergipe essa transformação somente ocorreu em 2002, o que finaliza e justifica o nosso marcador temporal.

Desde os anos de 1960 a unidade de Sergipe está situada num bairro próximo ao da sua primeira instalação e já passou por várias reformas para se ajustar as necessidades educacionais que suas mudanças estruturais e legislativas demandaram.

Esse resumo traz um pequeno extrato das mudanças administrativas que a rede de ensino passou e com isso precisou também se ajustar quanto às especificidades docentes para atender à demanda estrutural.

O trabalho se desenvolverá discutindo primeiramente os aspectos inerentes ao aporte teórico de construção da pesquisa, seguido dos seus resultados parciais e por fim, algumas considerações e as expectativas da continuidade da pesquisa.

Aporte Teórico e Problemática

Em 2015, por meio do projeto de base “Galeria Respeito: construindo uma memória dos professores de matemática do Instituto Federal de Sergipe” foi feita a seguinte pergunta: você sabe quem foram os professores de matemática que já passaram pela Instituição desde a sua criação? Ninguém sabia, todos estavam mortos institucionalmente, mesmo que alguns ainda estivessem vivos. O projeto tornou-se relevante, tendo em vista que desde 2006 o campus Aracaju oferece o curso de Licenciatura em Matemática. A investigação vem se desenvolvendo e a cada ano um aspecto da docência é tomado como foco, mas tendo como objetivo principal construir uma história dos docentes da área de matemática que atuaram na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de Sergipe desde os primórdios de sua criação, não somente identificando os agentes promotores da Educação Matemática, mas também criando um acervo caracterizante das ações docentes. Aqui, traremos a descrição de alguns dados já colhidos e organizados.

No tocante aos aspectos metodológicos, a pesquisa se caracteriza como sendo qualitativa do tipo histórico bibliográfica, pois a fonte de dados principal são os dados colhidos no acervo do arquivo histórico do Instituto Federal de Sergipe, especificamente documentos do tipo portarias, revistas institucionais e publicações de jornais da época.

O aporte teórico tem bases na Etnomatemática de Ubiratan D’Ambrosio, em André Chervel e Dominique Juliá para o estudo da cultura escolar vigente em cada fase da Instituição. Quanto à construção da História da Educação Matemática institucional a inspiração vem dos trabalhos do grupo GHEMAT Brasil, liderado pelo pesquisador Wagner Valente.

Descrição e Análise dos Dados

O que nos diz o acervo sobre a denominação funcional atribuídas aos professores e

professoras de matemática não efetivos da rede federal de ensino profissionalizante de Sergipe de 1911 até os anos de 2002?

Após análise dos dados já coletados em etapas anteriores da pesquisa, foi feita uma triagem afim de reunir informações sobre as terminologias atribuídas aos professores de matemática com contratos temporários.

No início da rede, esses professores temporários eram contratados para assumir uma turma toda vez que o quantitativo de alunos matriculados excedia o limite de 50 e tinham a função de auxiliar o professor interino (denominação utilizada e equivalente ao atual efetivo) em suas atividades, seguindo suas orientações. A Tabela 1 traz uma linha do tempo das denominações para vínculos provisórios identificados nos documentos.

Tabela 1: Terminologia para professores temporários

Período	Terminologia
1914 - 1919	Ajudante
1924 - 1934	Adjunto ¹ / Ajudante
1937 - 1959	Coadjuvante
1978 - 1982	Colaborador
1994 - 2002	Substituto

¹: Para o curso de desenho

Fonte: Acervo do Instituto Federal de Sergipe.

Note que há buracos na linha do tempo, pois os documentos catalogados até o momento não permitem elaborar um marcador contínuo.

Um fato destacável é duas terminologias para o mesmo marcador temporal. Isso ocorreu por volta dos anos de 1924-1934 durante a fase da EAA. Essa utilização denotava um tipo de hierarquia no ensino e se manteve mesmo após 1926, o que contrariava a normativa intitulada de “Consolidação dos Dispositivos das Escolas de Aprendizes e Artífice” em seu artigo 19, alínea V. Após essa normatização, todos os professores auxiliares, com vínculos provisórios, deveriam ser chamados de “adjuntos” (BRASIL, 1926). Podemos supor que existia um entendimento separatista, uma relação conflituosa, nos moldes que especifica Juliá (2001).

Os dados catalogados indicam que a partir de 1914 foram contratadas as primeiras professoras

auxiliares para o ensino primário e a elas cabiam a incumbência de ensinar matemática, especificamente, Aritmética. Em 1924 tem-se a primeira professora auxiliar de desenho, cuja ementa de curso a ser ensinado era Trigonometria. Com relação aos conteúdos de matemática que eram ensinados em disciplinas separadas, Chervel (1990, p. 180) nos diz “que os conteúdos de ensino são impostos como tais à escola pela sociedade que o rodeia e pela cultura na qual ela se banha”.

Assim, a partir de 1924, em todas as demais fases da rede e praticamente todos os anos, as professoras auxiliares – ajudantes, adjuntas, coadjuvante, colaboradora, substituta - estavam lá, auxiliando no ensino de matemática, seguindo as mesmas regras institucionais, porém sem os mesmos direitos trabalhistas que os demais.

Vale destacar também que embora as professoras possuíam um vínculo provisório, muitas delas permaneceram muito tempo na instituição, como é o caso de Maria Cabral que entrou como professora ajudante do curso primário em 1914 (ALMANAK LAEMMERT, 1914) e em 1932 passou a ser interina (efetiva) (RSA, 1935), aposentando-se em 1938 (RSA, 1938). Pelo menos outras três professoras passaram pela mesma situação, algo característico nas três primeiras fases da rede de ensino.

Em termos quantitativos, para o marcador temporal do trabalho, foram identificadas 23 professoras, sendo: 12 com vínculos efetivos, 4 que tiveram apenas vínculos provisórios, 7 que começaram como provisório e se transformaram em efetivas. É oportuno também ressaltar que 2 das efetivas apenas lecionaram matemática em curto espaço de tempo, pois suas áreas de atuação na instituição eram outras. Elas meio que supriram uma necessidade emergencial, com desvio de atuação.

Para os homens, algo semelhante também aconteceu. Já foram identificados 45 homens. Destes 22 tiveram contratos temporários, sendo que 7 deles se tornaram efetivos após um período de exercício da docência. Um fato a destacar que um servidor que ocupava o cargo de servente nos anos de 1960 ter se tornado professor de matemático na década seguinte e trabalhado como docente até sua aposentadoria.

Em termos de quantitativo docente podemos informar que até o momento temos identificados 68 docentes que lecionaram matemática na Rede Federal de Ensino dentro do marcador temporal, sendo 23 professoras e 45 professores, entre os vínculos provisórios e efetivos.

Por ser uma pesquisa feita com documentos do acervo institucional e outros documentos históricos, há uma flutuação de informações, pois os dados mais antigos são imprecisos na sua descrição textual. Isso sugere que a pesquisa requer constantes releituras dos documentos para minimizar interpretações equivocadas a cerca da atuação docente na área de Matemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na educação profissional e tecnológica os professores da área de ciências exatas possuem um papel fundamental na estrutura educacional. Desta forma, a Matemática como ciência mãe da tecnologia impõe aos professores dessa disciplina uma importância particularmente destacável (D'AMBROSIO, 1998). Esse fato é notado nos resultados dos exames nacionais e internacionais que aferem o desempenho acadêmico dos alunos da Instituição, trazendo um reconhecimento social de excelência na qualidade de ensino que a Rede Federal possui no Estado.

Ainda há muito o que organizar e analisar. É preciso compreender algumas questões inerentes a atuação docente, também quanto ao tipo de contratação e o que ela significava em cada fase institucional. Iniciamos uma composição da nossa História da Educação Matemática, trazendo dados sobre a docência em Matemática na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de Sergipe.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Ensino Profissional Technico. **Relatório do Serviço de Remodelação: 1926.**

_____. Lei Nº 378, de 13 de janeiro de 1937.

_____. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.

_____. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, v. 2, 1990

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: Arte ou técnica de explicar e conhecer.** 5ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998. 88p.

FONSECA, Celso Suckow. **História do ensino industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, v. 04, 1986.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **BNDIGITAL I: Almanak Laemmert (RJ) 1891 a 1940.** Edição B00070 ano 1914. Disponível em <http://www.docpro.com.br/hotpage/suportebn.html>

JULIÁ, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. (Tradução: Gizele de Souza). **Revista Brasileira de História da Educação.** Vol. nº1 jan./jun. 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Centenário da rede federal de Educação profissional e tecnológica.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em 28/03/2019.

REVISTA SERGIPE ARTIFICE (RSA). **Ano I.** Aracaju. 1935.

REVISTA SERGIPE ARTIFICE (RSA). **Ano V.** Aracaju. 1938.